

O ABC do Mercado Voluntário de Carbono



Introdução

Introdução

Nos últimos cinco anos, o mercado voluntário de carbono (MVC) viu um crescimento sem precedentes na demanda por créditos de carbono de atividades voluntárias de mitigação das mudanças climáticas. Esse crescimento é impulsionado por compromissos climáticos corporativos, interesse dos consumidores na mitigação das mudanças climáticas, apetite dos investidores por créditos de carbono e obrigatoriedades de divulgação e redução de emissões. As emissões de créditos do MVC atingiram um recorde histórico em 2021, com 352 milhões de créditos emitidos. 2022 foi o segundo maior ano para o MVC, com 279 milhões de créditos emitidos. Espera-se que o crescimento do MVC continue, dada a crescente demanda por créditos e a proliferação de novas metodologias para diferentes tipos de atividades de mitigação das mudanças climáticas.

Uma característica definidora do MVC é que ele não é regulado por governos. Desenvolvedores de atividades privados projetam e implementam atividades de mitigação certificadas por padrões de carbono que emitem créditos de carbono. Desenvolvedores de atividades do MVC podem ser organizações com ou sem fins lucrativos, proprietários privados de terras, povos indígenas ou comunidades locais (PIs&CLs) e governos subnacionais ou nacionais. Empresas e investidores

adquirem créditos de carbono para compensar emissões ou contribuir para mitigação além da cadeia de valor.

A relativa distância entre o MVC e governos resultou em uma falta de compreensão do MVC por governos e atores do setor público – particularmente em países em desenvolvimento, mesmo diante do fato de a maioria dos projetos do MVC ocorrer em países em desenvolvimento. Essa falta de entendimento limita as oportunidades para o MVC complementar a ação governamental sobre as mudanças climáticas. Usadas estrategicamente, as atividades do MVC podem canalizar investimentos para setores que não são cobertos por Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs na sigla em inglês) sob o Acordo de Paris ou outras políticas públicas, apoiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as metas climáticas nos países anfitriões e acelerar a ação climática em jurisdições onde marcos legais não estão totalmente desenvolvidos. No entanto, o MVC não pode fornecer uma solução para as mudanças climáticas por si só. A compensação é uma medida complementar e outras ações públicas e privadas serão necessárias para reduzir as emissões em geral.

É essencial que os governos e outros atores do setor público entendam como o MVC funciona e como eles podem se envolver com o MVC. O objetivo deste manual do MVC é fornecer uma visão geral do MVC para os governos de países que estão ou provavelmente hospedarão projetos do MVC. O manual aumenta a compreensão do governo e o engajamento estratégico com o MVC. Este Manual está voltado para os governos dos países anfitriões, conselheiros dos tomadores de decisão e outros atores do setor público relevantes para o MVC.

Cada capítulo do manual explica um aspecto do MVC. Os capítulos podem ser lidos como folhetos informativos autônomos ou serem lidos em conjunto como parte de um resumo mais amplo do MVC.

Capítulo 1: O que é o MVC?

fornece uma introdução geral ao MVC, sua história, como ele opera, tendências atuais na oferta e demanda de créditos, e seus principais benefícios e limitações.

Capítulo 2: Qual é o papel dos governos no MVC? descreve a regulamentação do MVC, como os governos podem se envolver estrategicamente para acessar o financiamento baseado no MVC e os papéis que os governos podem desempenhar no MVC.

Capítulo 3: Como o MVC se relaciona com o Acordo de Paris e o Artigo 6? discute as ligações entre o MVC e o Artigo 6 do Acordo de Paris, e como o MVC pode

apoiar os compromissos dos países sob o regime climático internacional.

Capítulo 4: Como são contabilizadas as reduções e remoções de gases de efeito estufa no MVC? detalha como as emissões de GEE são contabilizadas no MVC e como isso é influenciado pelo Acordo de Paris, os três tipos de dupla contagem, os riscos de dupla reivindicação e como os governos podem lidar com a dupla reivindicação no MVC.

Capítulo 5: O que são créditos de carbono? explica o que representa um crédito de carbono, a base legal dos créditos de carbono, como os créditos de carbono são gerados, como se estruturam os dois principais tipos de sistemas de crédito de carbono e como as políticas públicas se relacionam com a geração de créditos de carbono.

Capítulo 6: O que torna um crédito de carbono de alta qualidade? caracteriza os créditos de carbono de alta qualidade, as atividades do MVC que levam à geração de créditos de alta qualidade e as políticas públicas que podem facilitar o aumento da oferta de créditos de alta qualidade.

Capítulo 7: Qual é o papel dos padrões de carbono no MVC? esclarece o papel dos padrões de carbono, os maiores padrões do MVC, e como os governos e os padrões de carbono interagem.

Capítulo 8: Como é estruturado o MVC? descreve os principais atores

do MVC, o ciclo de atividade do MVC e os critérios sob os quais os preços dos créditos de carbono são determinados.

Capítulo 9: Como são utilizados os créditos de carbono? examina a compensação de carbono, as metas climáticas corporativas, a neutralidade de carbono e os usos não compensatórios de créditos de carbono.

Capítulo 10: Como os direitos de carbono são considerados no MVC? explora os fundamentos dos direitos de carbono, incluindo como eles são legalmente determinados, como são estabelecidos no MVC e como os governos podem agir para esclarecê-los e, portanto, apoiar as atividades do MVC em suas jurisdições.

Capítulo 11: Por que e como Pls&CLs se envolvem com o MVC? discute os direitos e papéis de Pls&CLs no MVC, e como evitar riscos e aumentar os benefícios para Pls&CLs das atividades do MVC.

Capítulo 12: Como os benefícios do MVC são distribuídos? define a distribuição de benefícios e as melhores práticas para acordos de distribuição de benefícios.

Capítulo 13: Como o MVC apoia soluções baseadas na natureza? resume o papel e as principais classes de soluções baseadas na natureza (SbN), os padrões de carbono que certificam créditos de projetos de SbN e o estado atual das SbN no MVC.

Capítulo 14: Como o MVC pode apoiar REDD+? analisa a estrutura internacional de Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação, além de conservação, manejo sustentável e aumento de estoques florestais (REDD+), o Marco de Varsóvia para REDD+ (WFR na sigla em inglês), como o REDD+ está integrado ao MVC e como a implementação governamental de REDD+ e do WFR pode ser compatível com o engajamento no MVC.

Capítulo 15: Como funciona o aninhamento de REDD+? investiga o que é o aninhamento de REDD+ no contexto do MVC, como o aninhamento deve ser projetado e implementado e por que os governos se envolvem com aninhamento.

Agradecimentos

Autores: Melaina Dyck, Charlotte Streck e Danick Trouwloon

Desenhista: Sara Cottle

Colaboradores: Felipe Bravo, Darragh Conway, Leo Mongendre, Pablo Nuñez, Laura Carolina Sepúlveda e Theda Vetter

Tradução para português: Alan Ichilevici de Oliveira

Data de publicação: Outubro de 2023

O ABC do Mercado Voluntário de Carbono (MVC) é apoiado pela Climate and Land Use Alliance (CLUA). Os autores agradecem aos revisores e parceiros que generosamente contribuíram com conhecimento e experiência para este manual.